Rudy de Barros Ahrens (Organizador)

A GESTÃO ESTRATÉGICA NA ADMINISTRAÇÃO – Vol. 2

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto - Universidade Federal de Pelotas Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson - Universidade Tecnológica Federal do Paraná Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho - Universidade de Brasília Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez - Universidad Distrital de Bogotá-Colombia Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior - Universidade Estadual de Ponta Grossa Profa. Dra. Daiane Garabeli Trojan - Universidade Norte do Paraná Profa Dra. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia Prof. Dr. Gilmei Fleck - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Profa Dra Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins Profa. Dra. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte Profa Dra Paola Andressa Scortegagna - Universidade Estadual de Ponta Grossa Profa Dra Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos - Universidade Federal do Maranhão Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza - Universidade do Estado do Pará Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior - Universidade Federal de Alfenas Profa Dra Vanessa Bordin Viera - Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G393

A gestão estratégica na administração: vol. 2 / Organizador Rudy de Barros Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017. 294 p.: 2.154 kbytes – (Administração; v. 2)

Formato: PDF

ISBN: 978-85-93243-46-2 DOI: 10.22533/at.ed.462011117

Inclui bibliografia

1. Administração. 2. Planejamento estratégico. I. Ahrens, Rudy de Barros. II. Título. III. Série.

CDD-658.4

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

Percebe-se que ao confrontar com o cenário internacional desenhado pelo ambiente organizacional de competitividade e dinâmica quebra de paradigmas, fazse necessário gerir de forma eficiente os recursos materiais, financeiros e humanos.

Como aponta Eliane de Oliveira "Administrar é usar recursos escassos e tornálos suficientes para atingir um objetivo", tornar-se competitivo neste cenário é saber gerir os recursos e utilizar de estratégias organizacionais com o intuito de atender a satisfação do cliente com qualidade e preço justo. O referido *ebook*, Volumes I e II, reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração contando com 47 artigos dividido em: a) Economia, Finanças, Controladoria e Auditoria; b) Educação; c) Inovação, Criatividade e Tecnologia; d) Marketing e Comportamento do Consumidor; e) Gestão de Pessoas; f) Planejamento, Gestão e Empreendedorismo; g) Gestão da Qualidade e h) Gestão de Estoque e Logistica.

Desejo desta forma uma profícua leitura!

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação3
CAPÍTULO I
A ESPIRITUALIDADE NO LOCAL DE TRABALHO COMO DIFERENCIAL EM COMPORTAMENTOS E ATITUDES DE EXCELENCIA – UM ESTUDO DE CASO
Nádya Regina Bilibio Antonello, Orlinda de Fátima Cézar Silva, Bruna Moura Beck e
Isabela Laíse Nogara7
CAPÍTULO II
ANÁLISE ERGONÔMICA EM EMPRESAS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Juliana Carvalho de Sousa, Francisco Roberto Pinto e Rafaela Gomes da Silva22
CAPÍTULO III
CATALISADOR DA GESTÃO DE PESSOAS: CLIMA ORGANIZACIONAL PELO MODELO DE BURKE-LITWIN
Thaís Lopes de Sousa Alves36
CAPÍTULO IV
PROPOSTA DO MAPEAMENTO DO FLUXO DE INFORMAÇÕES NO PROCESSAMENTO
DE UM PEDIDO EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO: UM ESTUDO DE CASO
Lucas Gabriel Bezerra Lima e Erick Barros Nascimento52
CAPÍTULO V
A RETENÇÃO DE TALENTOS DA GERAÇÃO Y: CASO DE UMA EMPRESA NO DISTRITO FEDERAL
Raul Rotondano Astigarraga e Tatiane Regina Petrillo Pires de Araújo65
CAPÍTULO VI
NORMOSE INFORMACIONAL - OS EFEITOS DA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES EM
DIRETORES DE LOJAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NO INTERIOR DO ESTADO DE
SÃO PAULO
Diego Frazatto Pedroso, Osmar Aparecido Machado e Robson Sanches85
CAPÍTULO VII
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Marcio Luiz Fernandes, Renato Luis Carpenedo, Ana Paula Lindner, Alexsandro Pinto Rodrigues, Michelle Fernanda Faita Rodrigues e Nathana Roberta Dal Maso Milan105

CAPÍTULO VIII ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
Jussara Fernandes Leite , Luciano José Vieira Franco , Lídia de Paula Pessoa , Bruno Silva Alencar e Fagner Pereira119
CAPÍTULO IX APLICAÇÃO E MÉTODOS DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA) NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
Paulo Ricardo Cosme Bezerra134
CAPÍTULO X APLICATIVOS DE GESTÃO INTEGRADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE GOIÁS Irene Reis, Ezequiel Alves de Godoi Sodré, Tereza Cristina Pinheiro de Lima, Cárbio Almeida Waqued e Denise Lúcia Mateus Gomes Nepomuceno148
CAPÍTULO XI EMPREENDEDORISMO EM ÉPOCAS DE CRISE - UM ESTUDO DE CASO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA Osnei Francisco Alves, Amanda Rafaeli Vandoski, Erika Malinovski Pereira, Ingrid Ana de Melo Gabassi e Jussara de Fátima de Oliveira
CAPÍTULO XII FUNCIONALISMO PÚBLICO E CHOQUE DE GESTÃO: UM ESTUDO Thiago Marques , Nicemara Cardoso Silva, Jacqueline de Andrade, Edvandra Augusta Machado Pereira e Lourival de Freitas
CAPÍTULO XIII GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE EM RECIFE SOB A ÓTICA DA GESTÃO E DOS PROFISSIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE RECIFE Lilia Patrícia de Souza Melo, Alessandra Carla Ceolin e Alexandre de Melo Abicht193
CAPÍTULO XIV GESTÃO PÚBLICA 2.0: UMA ANÁLISE DO GABINETE DIGITAL NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE Fernando César de Lima., Maria Ivania Almeida Gomes Porto, Hannah Miranda Moras e Amanda Priscila da Silva
CAPÍTULO XV GESTÃO PÚBLICA E TERRITORIALIDADES: O CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ALTO OESTE POTIGUAR Maria das Candeias Silveira de Morais, Sidneia Maia de Oliveira Rego, Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (in memorian) e Larissa da Silva Ferreira Alves

CAPÍTULO XVI PERFIL DOS EMPREENDEDORES QUE ATUAM NO RAMO DE CONFECÇÕES DA CIDADE DE SOUSA - PB	-
Denilson Costa de Carvalho, Rhaul Jardel Duarte Cavalcante, José Alef dos Santos Pessoa, José Ricarte Feitosa Filho e Arthur Micael Abrantes Estrela239	
CAPÍTULO XVII PLANEJAMENTO EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
Selma Regina de Andrade, Bruna Carla Voltolini, Talita Piccoli e Andriela Backes Ruoff254	
CAPÍTULO XVIII	
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SUPORTE DE TI EM UMA IFES: UMA ABORDAGEM VOLTADA À MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO	ı
Amarildo Maia Rolim e Maxweel Veras Rodrigues284	!
CAPÍTULO XIX	
PLANOS DE INFRAESTRUTURA EM LOGÍSTICA E TRANSPORTES: UMA ANÁLISE DOS PLANOS BRASILEIROS E DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO	1
Camila Avosani Zago e Helios Malebranche284	
Sobre o organizador302	
Sobre os autores303	,)

CAPÍTULO XV

GESTÃO PÚBLICA E TERRITORIALIDADES: O CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ALTO OESTE POTIGUAR

Maria das Candeias Silveira de Morais Sidneia Maia de Oliveira Rego Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (in memorian) Larissa da Silva Ferreira Alves

GESTÃO PÚBLICA E TERRITORIALIDADES: O CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ALTO OESTE POTIGUAR

Maria das Candeias Silveira de Morais

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN)

Pau dos Ferros (RN)

Sidneia Maia de Oliveira Rego

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN)

Pau dos Ferros (RN)

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (in memorian)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN)

Pau dos Ferros (RN)

Larissa da Silva Ferreira Alves

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN)

Pau dos Ferros (RN)

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar aspectos relacionados a gestão de políticas públicas, em específico as de saneamento básico, sob a ótica da formação de novos desenhos territoriais, levando a constituição de entidades gestoras. Apresenta-se o caso do Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar, que resultou de uma dinâmica territorial. Para melhor compreendêlo, são apresentados conceitos e proposições teóricas, que explicam questões relacionadas as políticas públicas e territorialização. O objetivo é compreender esse movimento dinâmico que é a territorialidade e como ela surge nesse contexto. A metodologia utilizada será exploratória, a partir de uma abordagem qualitativa, tendo por base os conteúdos bibliográficos e documental, esta porque levará ao conhecimento do processo que se desenvolveu na região que resultou na formação do Consórcio e aquela visto a necessidade de conhecer o que já existe produzido sobre o assunto. Em complemento, far-se-á uma exposição sobre a regionalização que levou a constituição do Consórcio.

PALAVRAS-CHAVE: Território, gestão, políticas públicas, arranjos territoriais.

1. INTRODUÇÃO

Os municípios vêm experimentando no seu estágio de desenvolvimento diversos processos dinâmicos. Constituem-se de configurações funcionais, identitárias e conceituais. De modo geral, isso não se dá de forma planejada, mas conduzida pelo contexto econômico, político e social.

A implementação de políticas públicas, por exemplo, não é uma coisa simples, envolve um complexo de fatores, dentre elas há de se considerar o financeiro, o espacial, o humano, entre outros. No Brasil tem sido uma das maiores preocupações dos gestores, visto que ele apresenta uma similaridade entre os municípios.

Estatísticas apontam que em média 70% (setenta por cento) dos municípios possuem população com menos de 20 (vinte) mil habitantes (MIOTTA; COSTA, 2013).

Essa característica denota entre outros que tais municípios não apresentam desenvolvimento econômico que garanta a sua auto-sustentação, como a presença de empresas ou outros empreendimentos. Depreende-se disso, que a renda do município é limitada a fatores como: benefícios de transferências de renda, benefícios previdenciários, comércio, rendas do emprego público e os repasses legais aos municípios.

Evidencia-se assim que desenvolver políticas públicas é complexo, difícil e um enorme desafio aos gestores. No entanto, a legislação vem apresentando formas de implementação de políticas públicas que consideram as limitações dos municípios. O surgimento de redes, arranjos, entre outros na linha dos contextos territoriais, tem sido uma alternativa inteligente, efetiva e eficaz para muitos municípios, ou melhor, para o conjunto deles. Por meio de consórcios, por exemplo, várias áreas da administração pública têm conseguido realizar políticas públicas de saúde, saneamento, turismo, desenvolvimento, entre outras com eficiência. São muitos os casos de sucesso, que tem chamado a atenção no Brasil e despertado o interesse dos gestores em todas as regiões.

Interessa debater aqui sobre uma dessas estruturas viabilizadoras de políticas públicas. Desde o advento da lei n° 12.305 (2010) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os municípios têm a missão de resolver definitivamente a situação dos resíduos sólidos e extinguir os lixões. Essa questão reside na pauta do saneamento básico, conforme a lei n° 11.445 (2007) que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, porém, considerando o retrato exposto anteriormente sobre a situação dos municípios no Brasil, convém que não é uma tarefa fácil e simples de se resolver, levando em conta as exigências da lei.

Nesta situação complexa, apresenta-se o caso de uma região localizada no Nordeste brasileiro, o Alto Oeste Potiguar. O espaço formado pelas Microrregiões de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal é comumente denominado Alto Oeste Potiguar. Essa unidade, apesar de não ser considerada oficial pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é utilizada pelo Estado do Rio Grande do Norte para estudos de diagnóstico e implantação de políticas públicas, tais como ocorreu com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste (IICA, 2016).

Cientes das suas obrigações e compreendendo as dificuldades para a implantação da política de resíduos sólidos, ela tratou de compor um aglomerado que resultasse num Consórcio com a finalidade de gestão desta e de outras políticas no âmbito do saneamento básico. Trata-se do Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar, sobre o qual serão feitas algumas considerações.

Este artigo aborda a concepção e implementação deste arranjo territorial, com o objetivo de compreender a regionalização do Consórcio, em um estudo teórico, em que se propõe debater sobre o seu processo de constituição, entendendo melhor o que significa território à luz dos autores, visto que a dinâmica aqui citada envolveu

uma mobilização de microrregiões distintas e participantes de outras territorializações.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa será exploratória, a partir de uma abordagem qualitativa, tendo por base os conteúdos bibliográficos e documental. Bibliográfico visto a necessidade de conhecer o que já existe produzido sobre o assunto e documental para conhecimento do processo que se desenvolveu na região que resultou na formação do Consórcio.

A pergunta que problematiza o objetivo do trabalho é: quais as dinâmicas territoriais mobilizadas pela implantação do Consórcio Público Regional de Saneamento Básico no Alto Oeste Potiguar? Como hipótese norteadora para esta pergunta, acredita-se que a implantação deste consórcio conecta os principais agentes territoriais deste espaço, reiterando o papel de articulação na dinâmica territorial exercido pelo município de Pau dos Ferros no Alto Oeste Potiguar.

2. TERRITÓRIOS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Identifica-se que no contexto de constituição do Consórcio, estabeleceu-se um arranjo territorial na Região do Alto Oeste Potiguar, por meio do intenso processo de negociação, sensibilização de gestores e construção de cenários estabelecendo, para isso, desenhos de regionalização. Estes, não necessariamente atendiam aos processos de regionalização existentes, sejam os político-administrativos, sejam os delimitados por estruturas e órgãos públicos e privados. Sua configuração considerou elementos e características locais, aliada aos processos a serem desenvolvidos por ocasião da implementação de políticas advindas do Consórcio, em específico, as relacionadas ao saneamento básico.

Para entender melhor a questão espacial envolvida nesse contexto, buscouse alguns autores que tratam sobre território. Brandão (2012), lembra que este é um assunto que tem estado presente nos debates das ciências sociais e, não se deu de forma aleatória, mas impulsionado pelas transformações econômicas dos espaços, consequentemente a espacialidade dos problemas.

Conceitualmente, Albagli (2004) apresenta que o termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado por um ou mais atores, em determinado espaço. Esta concepção vem de encontro a definição dada pela geografia, em que território é concebido com sentido de pertença (MORAES, 1990; ALBAGLI, 2004). No entanto, deve-se considerar ainda que território não se limita a espacialidade física, mas aos elementos que o constituem, as relações ali construídas pelos sujeitos presentes.

Estas relações podem se dar em sistemas interligados, como em redes. Albagli (2004, p. 35) os define como,

[...] um conjunto de pontos ou nós conectados entre si por segmentos – arcos – que viabilizam o intercâmbio de fluxos – de bens, pessoas, idéias ou informações – entre os diversos pontos da estrutura, cada nó representando o ponto no qual uma curva se entrecorta. As redes podem

ser abstratas (redes sociais, sistemas de relações que vinculam indivíduos ou grupos sociais entre si) ou concretas (redes de transporte e comunicação); podem ser visíveis (rodovias e ferrovias) [...] responde a demandas socioeconômicas e a projetos políticos, facilitando a integração de mercados e territórios, bem como a circulação de bens, capitais e informações (ALBAGLI, 2004, p. 35).

Considerando as diversas conceituações em âmbito local das formações territoriais, Brandão (2012) discorre que o redesenho das fronteiras territoriais explicam os particularismos localistas, o que expõe uma preocupação com os grupos e poderes entranhados dentro dos espaços. Volta-se para a pressão regional dos grupos de interesse e da reversão dos valores constituídos.

As transformações em curso no Brasil, a partir das novas dinâmicas sociais, agrárias, políticas e econômicas, entre outras, requer novos paradigmas que deem conta das problemáticas cada vez mais urgentes, exigindo ações e respostas rápidas. É o caso da abertura para os movimentos sociais, para as estruturas regionais, para novas instituições. É o que Gehle; Riella (2004, p. 20-26) enfatizam:

O conceito de território inclui [...] a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. A mobilização do patrimônio local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, [...] estabelecer relação de cooperação e negociação do conflito para que as normas e os códigos de conduta sejam subjetivados no sistema de representações para que constituam parte da identidade social (GEHLE; RIELLA, 2004, p. 20-26).

Albagli (2004, p. 58) lembra que esse processo representa "[...] a emergência de novos atores, que atuam com base em novas territorialidades e que expressam novas formas de governança e organização do território [...]", o que leva ao surgimento de forças locais, de um sistema independente e autônomo. Nesse ínterim, o território atua como elemento de transformação sociopolítico-econômica, a partir de novas estruturas.

No contexto das dinâmicas territoriais, encontram-se diversas formas de organização. Constituem-se de novas configurações com potencial para produzir transformações no território. Nesta pesquisa aborda-se os arranjos territoriais como elementos de redefinição de espaços, intencionados em objetivos definidos, sendo uma nova forma de agrupamento, segue a tendência ao compartilhamento político de responsabilidades, no planejamento e gestão dos investimentos (CARTAXO, 2011).

Moura (2008) lembra que o uso da expressão *arranjos* se dá pelo seu significado geral de disposição e organização no espaço. Já Trevas (2013) aponta as vantagens desse processo, uma vez que a sua existência aqui se justifica no âmbito administrativo, que é o que se busca nessa relação de entes com propósitos definidos.

A abertura a constituição de arranjos de cooperação entre níveis

federativos distintos permite maior coordenação das políticas públicas, na medida em que compartilha responsabilidades correspondentes as competências de cada ente, mas o faz de modo adaptativo e dinâmico, uma vez que contempla as especificidades dos entes consorciados. (TREVAS, 2013, p. 38).

Neste sentido, o autor reconhece que esse processo não se dá num ambiente homogêneo. Os contextos são múltiplos, os interesses existem e as concepções nem sempre atendem as necessidades. No entanto, Trevas (2013) é pontual, enfocando que, "[...] a flexibilidade permitida denota preservação da autonomia dos municípios e a importância estratégica conferida ao desenho territorial – uma vez que não é apenas geográfico (TREVAS, 2013, p. 38)."

O território é concebido como espaço de interesses, de políticas e de relações construídas. Muitas vezes, as intervenções atribuídas aos territórios transmitem a impressão de um local sem identidade, sem domínio, a não ser única e exclusivamente do Estado, em que este chega e determina o que deve ser feito e como. Essa é uma questão que envolve dominação sob a condição de poder. Sobre este poder, há vários conceitos. O que chama mais a atenção é o discorrido por Focault que o aborda como rede de relações de forças, é produzido nas relações e nele realiza transformações; não se adquire, se exercita; não são exteriores a outras relações, são imanentes; vem de baixo; são intencionais; onde ele está, há resistência; extrapola a atuação do Estado (SAQUET, 2007).

Encontra-se na literatura pertinente, notadamente na geografia diversos conceitos de território. Observando as concepções de cada autor, infere-se que todas apresentam um entendimento unificado de ser um espaço de relações sociais (MORAES, 1990; SAQUET, 2007). O conceito é ainda ampliado, segundo cada um deles, trazendo discussões sobre a multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade, em que esta última é resultado das relações construídas e realizadas no território.

Algumas características abordadas por diferentes autores sobre território expõe que: é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder; é produzido por atores sintagmáticos, ainda que estes sejam do Estado; é resultado das relações de poder do Estado; o espaço pré-existe ao território; o território é constituído como materialidade a partir da construção de malhas, nós e redes delimitando campos de ações e poder e é uma forma de cada sociedade construir a sua autonomia; é fruto de uma lógica identitária e combinatória (SAQUET, 2007).

Os territórios constituídos como forma de desenvolvimento de políticas públicas apresentam essa conotação. Mas será que os povos do território têm essa compreensão? São múltiplas as definições, mais ainda os territórios. Fica então o questionamento sobre a aplicabilidade destes conceitos nos dias atuais. Entre a concepção de espaço lugar físico, de relações, de construção, é indiscutível a preponderância do poder. As relações sociais de poder pressupõem o controle sobre um espaço, se concretizando como uma estratégia para controle, e isto, depende de quem e do que se controla.

O território na concepção atual vem ganhando conotação de palco para as

relações a serem estabelecidas. Essa atuação não deixa de ter o domínio do Estado, seja pelas questões financeiras, seja pelas questões legais ou até mesmo por outros componentes agregados para possibilitar ou complementar a sua ação.

Aqui se entende que habita a questão dos arranjos territoriais com a finalidade de formar instituições gestadas e geridas pelo poder público, numa formação coletiva dentro do mesmo espaço. É o movimento de dentro para dentro do território, que apesar de político, se caracteriza pelo comportamento coletivo de gestores públicos com a finalidade de implementar políticas públicas.

O território passa a ser compreendido como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas. Para Saquet (2007, p. 33) "[...] mudam-se os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder." Nesse entendimento, esses movimentos públicos realizam um processo de territorialização, de junção de relações, energia, informações, fluxos e nós, não fugindo ao controle e a dominação, sendo que energia e informação são os elementos constituintes do poder.

É importante nesse caso, expor como eram concebidas as funções do território. Tinha como característica, servir de abrigo como forma de segurança e como espaço para oportunidades (SAQUET, 2007). No entanto, segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território, bem como relações externas, de poder e dominação.

Resta ainda provocar uma discussão sobre essa tão falada relação existente no interior dos territórios. É uma relação de dentro para fora ou o inverso? Essa relação é construída pacificamente ou sob conflitos? Há canal de negociação, participação democrática ou é um caminho a ser seguido, *em prol do bem comum?* Que poder existe hoje no território? Este poder pertence aos territorializados ou a outros?

Qualquer leitura que venha ser feita no processo de compreensão da dinâmica espacial, deve prescindir de uma discussão a respeito do conceito de território. Nesse contexto e, em outros, o território é compreendido como resultado da configuração da relação de poder, que é constituído e legitimado a partir da atuação de vários elementos, dentre eles podemos citar o Estado, a iniciativa privada e as forças sociais.

Nessa discussão aqui proposta, se destaca o papel do Estado, tendo em vista que a constituição dos consórcios, também pode se dar pela atuação intencional desse agente. Seu papel não se limita apenas em legitimar juridicamente a constituição dos consócios, embora, esse papel seja indispensável, mas, em tornálo viável econômico e ambientalmente e plausível aos municípios, que são os principais beneficiados.

Brandão (2008) aborda o conceito de território dando conta de um elemento decisivo na constituição do mesmo que é a produção do território, enquanto relação de conflito.

[...] Tratado devidamente como arena e campo catalisador, este pode assumir toda a conflitualidade inexorável e necessária à adequada

pactação social pelo desenvolvimento. Assim, o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, mediação, barganha, incentivo ao diálogo e à constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado (BRANDÃO, 2008. p. 146).

O consórcio público também pode ser compreendido em outra visão de Brandão (2008), onde o mesmo coloca o território como fruto da confluência entre interesses e identidades. Pensar as possibilidades de formar contratos sociais territorializados de desenvolvimento, envolve entender o território como ligadura, junção, confluência, ao mesmo tempo em que este encerra conflitualidade, contenda de interesses múltiplos e *lócus* de possibilidades de concertação de projetos em disputa.

Ganha importância, nesta discussão proposta apresentada pelo professor Carlos Brandão, o conceito de território como elemento que gera uma perspectiva de aproveitamento social. O fator social do território está no seu potencial de aproveitamento e na sua capacidade de atender aos inúmeros interesses que rodeia a sua constituição.

Em que pese a ampliação do conceito de território, Brandão chama a atenção para perspectiva que coloca o mesmo dentro de uma abordagem reducionista, principalmente, pela banalização do conceito de territorialidade aplicado em diversos contextos. O conceito de território deve obrigatoriamente estar atrelado à lógica da hierarquia e da hegemonia, poder privado, poder público e forças sociais. A leitura que se tem sobre território, na maioria das vezes, se apoia na ideia de identidade e deixa de lado a vinculação de interesses (BRANDÃO – Palestra UFRJ, 2013).

Fica evidente a força organizacional que as municipalidades apresentam quando conectadas em rede. Suas vantagens, além das já citadas, também não se limitam a economia de escala, conforme evidenciado por inúmeros autores e a legislação, mas a confluência de saberes constituídos pela coletividade, ainda que múltipla e pautada por interesses. No que diz respeito a isso, a soma desses interesses, sendo para o desenvolvimento local por meio de políticas públicas é bemvindo, necessário e se constitui em força propulsora de outras conquistas.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

Discorrer sobre políticas públicas no Brasil é enveredar em um caminho complexo, que sempre causou e ainda causa conflitos. Para entender sobre política pública há que se recorrer a constituição federal, onde não só são especificados os direitos do cidadão, como orienta a forma que estes devem ocorrer, quais meios e instrumentos.

A Constituição Federal de 1988 trouxe autonomia aos municípios, descentralizou muitas práticas públicas antes concentradas no âmbito da União, em

que os municípios eram meros expectadores. A partir da constituição, os gestores municipais passaram com recursos próprios, a cuidar da coisa pública local, tendo para isso as demandas aparentes, diagnosticadas ou não.

A compreensão sobre políticas públicas leva a compreender que qualquer iniciativa de implantação destas não deve ter como premissa a necessidade imediata da população. Esta é sujeito passivo das políticas, para as quais ela goza de direitos, conforme elencado anteriormente. Assim, não se trata de medidas paliativas, emergenciais, mas de um contínuo que assegure a existência daquele serviço constantemente.

No entanto, apesar de a lei ser determinista, o que se visualiza é a ineficiência dos serviços e a sua não alcançabilidade a quem de fato deve se direcionar. Esta situação permeia a nossa racionalidade e leva a indagação: por que? Longe de oferecer a resposta, resta lançar alguns paradigmas que norteiem definições, à luz dos autores.

Inicialmente aborda-se Secchi, (2012), que lembra do uso do termo como algo relacionado a decisao e a ação, o que bem se enquadra nas questoes ligadas as instituições. Assim, ele aborda que políticas públicas tratam daquilo que se refere ao efetivo conteúdo das decisoes políticas e do processo que leva a sua efetivação. Em resumo, Secchi (2012, p. 2) lembra que "Uma política é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público." Ainda há uma definição que bem retrata a política pública no Brasil: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006). Já que soaram tão grotescas as definições, é melhor tentar captar o entendimento do senso comum, aquele que surge dos que dela necessitam e por ela pagam: os cidadãos. Para estes, políticas públicas passa pela solução de problemas. Agora o que dizer da visão governamental? Pedone (1984) traz a relação entre teoria e ação do Estado. Surgem termos até então ausentes e que marcam a razão de ser da política pública: a existência de pessoas (público), tendo em comum uma questão aqui denominada (problema) e uma abordagem nova, enfrentar. Secchi (2012) entende que se trata dos elementos fundamentais na política pública: intencionalidade e resposta a um problema público. A partir dessa nova conceituação torna-se factível tratar de política pública.

Embora pareça que o conceito acima ainda traz ausências, ou seja, quem enfrentar, a partir da Constiutição Federal consegue-se abstrair que esta ação é parte do Estado. No contínuo de definições temos o Estado como um espaço político: "Estado como um produto da sociedade que criou um poder acima dela (ENGELS, 1975)", ou "[...] como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo (HOFLING, 2001)", sendo que esse Governo é "[...] o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001)."

A partir das definições de políticas públicas, consegue-se vislumbrar um campo de conhecimento amplo e por vezes subjetivo, em que o Governo no papel de

Estado não é capaz de consolidar a solução dos problemas públicos que se apresentam.

A presente pesquisa ao abordar o caso de um consórcio, como instrumento de implementação de políticas públicas expõe de certa forma a ineficiência do Estado na efetivação destas. Assim, por meio de leis e decretos tornou a instituição consórcios apropriada a este fim, mais do que isso, estimulando tal finalidade. Estes não só ganharam notoriedade, bem como um vasto campo de atuação, passando a sua composição de simples agregados da sociedade organizada a conglomerados governamentais.

De certa forma, o Estado pratica com isso uma forma de descentralização, mas por outro busca se eximir das suas obrigações, o que se percebe que vem acontecendo quando estes consórcios vem, ao invés de agir no campo onde fora determinado, praticar outra forma de delegação, desta vez para empresas privadas, fugindo do foco governamental de enfrentar problemas públicos, na forma de políticas públicas, dever fim do Estado.

Toda essa discussao visa dar suporte a governança institucional praticada por entes públicos num processo cooperativo. É preciso antes de tudo dar respostas a sociedade, estas na forma de ações efetivas e que de fato funcionem e atendam as necessidades.

4. CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ALTO OESTE POTIGUAR

O Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar se constitui de um conglomerado de municípios de microrregiões distintas e identificadas, em outros espaços de territorialização. É composto por 44 (quarenta e quatro) municípios. Para melhor compreensão do desenho da regionalização do Alto Oeste Potiguar é necessário conhecer a divisão desta região. Constitui-se da junção de três microrregiões: Serra de São Miguel 09 (nove) municípios, Umarizal 11 (onze) municípios e Pau dos Ferros 17 (dezessete) municípios, englobando assim uma totalidade de 37 (trinta e sete) municípios (MORAIS, 2013). No entanto, o 5º cenário de regionalização que foi uma etapa do processo de constituição do consórcio considerou a inclusão de municípios de outras duas microrregiões do Estado. Assim, da microrregião da Chapada do Apodi foram agregados 05 (cinco) municípios e da microrregião Médio Oeste, 03 (três) municípios (MORAIS, 2013).

A constituição de um arranjo do porte de um consórcio demanda um envolvimento dos agentes locais, ou seja, os atores sociais de diversos municípios, já que se trata de um consórcio intermunicipal. Para isso, o processo de aprendizado coletivo é de suma importância, visto que os atores sociais devem se identificar como protagonistas locais, portanto, responsáveis pelas suas ações. Isto se dá pelo processo de empoderamento da sua condição de agentes, de sujeitos sociais, que a partir daquele empreendimento, irão mudar a realidade da região.

Paula (2004, p. 80) define essa questão, apontando que,

O desenvolvimento do território depende da construção e multiplicação de redes de atores locais, redes de cidadãos, redes de protagonistas das mudanças políticas, econômicas e sociais. As redes locais devem buscar conectar os atores mais importantes para o planejamento e a gestão do desenvolvimento territorial (PAULA, 2004, p. 80).

No contexto do processo de regionalização e construção de cenários para a gestão integrada de resíduos sólidos do Alto Oeste Potiguar deve-se destacar que não foi um processo construído integralmente de forma coletiva, visto que fazia parte dos estudos de regionalização do Estado para a configuração estadual. Antes de se proceder a regionalização do Alto Oeste, precisa-se conhecer um pouco como se deu esse processo em nível estadual.

O processo teve como ponto de partida, o diagnóstico do manejo de resíduos sólidos do Estado do Rio Grande do Norte, que ofereceu um panorama geral da situação da maioria dos municípios, principalmente, quanto à sua carência e deficiência nos serviços de gestão de resíduos.

Após essa etapa, iniciou-se a construção do modelo de gestão de resíduos sólidos para o Estado. Este, foi constituído pela realização de oficinas e seminários estadual e regionais, para conhecimento das propostas de regionalização para a gestão integrada dos resíduos sólidos, tendo ênfase em aspectos relevantes, como a viabilidade econômica dessa atividade, através da formação de consórcios municipais; as bases da construção do modelo de gestão, com os seguintes parâmetros: regionalização/agrupamentos territoriais ou municipais; cenários, nesse caso operacionais; questões relevantes, pautadas em logística, custos e operação do sistema; gestão consorciada, como instrumento de cooperação entre os governos municipais (RN, 2012), conforme figura 01.

REGIONALIZAÇÃO

PROPOSIÇÕE
S DE
MODELOS DE
GESTÃO
PARA O RN

GESTÃO
CONSORCIADA

Figura 01 - Bases da construção do modelo de gestão

Fonte – Elaborado pelos autores, adaptado (RN, 2012)

Definindo-se pela gestão consorciada, por meio da formação de arranjos municipais, passou-se a etapa de levantamento de áreas que atendessem as condições para a implantação dos aterros sanitários.

Outros aspectos ainda considerados importantes foram: crescimento populacional, viabilidade econômica e a geração de resíduos sólidos. A metodologia para a construção dos cenários contemplou dados primários e secundários levantados, dentre eles: distâncias entre os municípios, adequação de soluções voltadas à minimização da geração dos resíduos, as oportunidades de negócios, potencialidades econômicas e a situação social de cada município.

Como já citado, motivou a definição pela gestão integrada a realidade constatada no diagnóstico de manejo de resíduos sólidos. A equipe técnica encarregada da tarefa, com base nas informações levantadas lançou algumas recomendações, quanto a definição da atuação, dentre elas as que versavam sobre a questão da mobilidade, qual seja, estradas e rodovias (acesso).

Quanto a definição das áreas para implantação dos aterros sanitários, embora o (RN, 2012) reconheça a fragilidade, pela não realização de um estudo específico, considerou assim a fragilidade ambiental de cada região, entre outros

fatores. Nesse caso, estas áreas puderam ser definidas a partir da variável estradas, visto que esta definirá os custos da gestão integrada dos consórcios, pelo viés da mobilidade entre as estruturas a serem implantadas.

Nesta fase dos estudos, os fatores como a viabilidade econômica aliada à logística de transporte mais detalhados, bem como acessos e distâncias viáveis, contribuíram com a formação de um novo mosaico territorial no 4º Cenário. Os aspectos determinantes na construção desse cenário foram, à visualização de novos pontos para a implantação das estações de transferências, isto, em função das distâncias médias verificadas entre os municípios agrupados.

O Relatório nº 4 conclui que a solução viável seria,

[...] do agrupamento dos municípios com características semelhantes [...] respeitando a autonomia constitucional de cada um deles e, ao mesmo tempo, permitindo que eles se unissem em Consórcios, proporcionando a economia de escala suficiente para oferecer viabilidade [...] (RN, 2010, p. 107).

Aqui, cabe frisar que o processo de elaboração das propostas se deu numa relação exógena, porém, a legitimação se dava pelos atores locais, que são os que melhor conhecem o território, que dele se apropria e nele se reconhece (PAULA, 2004).

Foi dentro desse processo que se chegou a regionalização do Alto Oeste, definindo-se como: um consórcio formado por 44 (quarenta e quatro) municípios, um aterro sanitário, sendo este sediado no município de Pau dos Ferros.

Genericamente costuma-se definir o Consórcio do Alto Oeste como o Consórcio da Região de Pau dos Ferros. Embora, a denominação não seja correta, a teoria geográfica elucida que o termo 'região' é usado, "[...] às entidades espaciais de escala média ou intermediária [...]. O termo usualmente designa uma área geográfica com certas características homogêneas ou comuns que a distinguem de áreas adjacentes ou de outras regiões (ALBAGLI, 2004, p. 49)."

Essa denominação, carrega uma já existente predominância do município como uma referência para a região. Dantas (2014) caracterizou Pau dos Ferros, como cidade intermédia, justificando-se pela concentração de vínculos econômicos e pelo estabelecimento de relações de transações comerciais com municípios do entorno e ultrapassando os limites do Estado. A autora justificou sua conclusão, com base em pesquisas locais, destacando-se os números nas áreas de saúde e educação e com dados do IBGE.

É nessa perspectiva que Pau dos Ferros se destaca. Sendo uma cidade intermédia, a partir da concentração de serviços, universidades, serviços de saúde, consequentemente, geração de empregos, apresenta a característica de mobilidade, causada pela procura a estes.

5. CONCLUSÃO

O estudo apresentou uma série de elementos para contextualizar o ambiente da pesquisa, em específico a situação espacial. Estas informações foram necessárias para compreender o contexto, em que o Consórcio Público Regional de Saneamento do Básico do Alto Oeste Potiguar se realizou.

Foi possível perceber a existência de um processo bem mais amplo do que fora apresentado, isto só foi possível, a partir de estudos teóricos e do levantamento das informações que estes processos envolvem, visto que se trata da implementação de uma instituição com caráter gestor e, para tanto, envolve diferentes sujeitos, para quem, até então, não havia um canal de diálogo ou discussão de ideias.

Infere-se tratar de um espaço de construção, localizado em múltiplos territórios, ao considerar, os já existentes e definidos por ocasião de outras regionalizações, os da própria distribuição espacial político-administrativa e o da regionalização definida por ocasião do Consórcio.

A partir desses múltiplos territórios, múltiplos olhares e múltiplos sujeitos, concebe-se que a formação coletiva deve ser constante, processual, permear a existência do Consórcio, principalmente pela mobilidade dos membros e dos municípios participantes. Neste caso, deve-se empreender esforços, no sentido de aprendizagem, de construção de conhecimento, a partir dessa experiência nova em concepção.

O Consórcio assim se define como um espaço de coordenação política para os gestores do território, ampliando seu potencial de existência, quando bem compreendidas as vantagens de um arranjo deste para a região. Tendo em seu agrupamento municípios que se enquadram no perfil de pequenos, torna-se uma importante ferramenta de poder, visto a composição fortalecida pelo conjunto dos consorciados.

Em relação aos aspectos relacionados as dinâmicas territoriais, percebeu-se tratar de uma estrutura coletiva, que só tem sustentação, compreendendo e mantendo esse caráter, uma vez que sua estrutura envolve um arranjo complexo, pela quantidade de municípios e microrregiões. Este é o desafio inicial que está posto e que permeará a existência e manutenção do Consórcio.

Observou-se, portanto, a comprovação da hipótese lançada que a implantação deste consórcio estabelece um conjunto de conexões territoriais deste espaço, reiterando o papel de articulação na dinâmica territorial exercido pelo município de Pau dos Ferros, no Alto Oeste Potiguar.

Esta é uma pesquisa que se encontra em andamento, apresentando até o momento resultados preliminares. Infere-se que a regionalização se deu de forma diferenciada em relação as demais existentes. Assim, a constituição do consórcio foi um processo de negociação, de construção de relações, buscando a melhor forma de arranjo entre os municípios, para viabilizar a atuação do consórcio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (organizadores). **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Ignacy Sachs, prefácio - Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

BRANDÃO, C. R. **Pactos em territórios:** escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento - o&s - v.15 - n.45 - abril/junho - 2008.

Palestra. UFRJ, 2013.						
Território e desenvolvimento: as	múltiplas e	escalas	entre (o local e	0 8	global
Campinas: Editora da Unicamp, 2012.						

BRASIL. **Lei nº 11.445 (2007). Saneamento básico**. Disponível em http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-por-assunto/saneamentobasico-teste#content>. Acesso em 24 fev. 2013.

_____. Lei nº 12.305 (2010). Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-por-assunto/prnsteste#content. Acesso em: 24 fev. 2013.

CARTAXO, J. Uma experiência de desenvolvimento urbano e regional no Ceará. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda., 2011.

DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional:** um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). Natal, 2014. 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

ENGELS, A. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

GEHLE, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento Sustentável. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26.

HOFLING, Eloisa. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste.** Natal: IICA, 2006.

MIOTTA, P. T.; COSTA, S. S. O desafio do consorciamento em saneamento e em resíduos sólidos. In: CHERUBINE, M.; TREVAS, V. (orgs.). **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

MORAES, A. C. R. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

MORAIS, M. C. S. Limites e possibilidades da implantação do Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar. Monografia (Graduação em Administração). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2013.

MOURA, R. Arranjos Urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. In: **Estudos Urbanos e Regionais.** V. 10, N. 2. novembro, 2008.

PAULA, J. de. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (organizadores). **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Ignacy Sachs, prefácio - Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

PEDONE, L. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Brasília: UNB, 1984.

RIO GRANDE DO NORTE. (RN) **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte - PEGIRS/RN.** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, 2012. Natal (RN).

_____. (RN) **Relatório Nº 04.** Relatório da Proposta de Regionalização Estadual para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, 2010.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepção sobre território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. Cengage Learning. Florianópolis, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TREVAS, V. C. Y. P. Consórcios públicos e o federalismo brasileiro. In: CHERUBINE, M.; TREVAS, V. (orgs.). **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PUBLIC AND TERRITORIALITIES MANAGEMENT: THE CASE OF THE REGIONAL PUBLIC CONSORTIUM OF BASIC SANITATION OF THE ALTO OESTE POTIGUAR

ABSTRACT: This article proposes to analyze aspects related to the management of public policies, specifically those of basic sanitation, from the perspective of the formation of new territorial designs, leading to the constitution of management entities. We present the case of the Regional Public Consortium of Basic Sanitation of the Potiguar High West, which resulted from a territorial dynamics. To better understand it, theoretical concepts and propositions are presented, explaining issues related to public policies and territorialization. The objective is to understand this

dynamic movement that is territoriality and how it emerges in that context. The methodology used will be exploratory, based on a qualitative approach, based on bibliographic and documentary content, because it will lead to the knowledge of the process that has developed in the region that resulted in the formation of the Consortium and that seen the need to know what already Exists on the subject. In addition, there will be an exhibition on the regionalization that led to the constitution of the Consortium.

KEYWORDS: Territory, management, public policy, territorial arrangements.

Sobre o organizador

RUDY DE BARROS AHRENS Doutorando em Engenharia da Produção com linha de pesquisa em QV e QVT, Mestre em Engenharia de Produção pela UTFPR com linha de pesquisa em QV e QVT, mestre em Administração Estratégica com linha de pesquisa em máquinas agrícolas pela UNAM - Universidade Nacional de Missiones - Argentina , Revalidado pela UNB- Universidade de Brasília em 2013, especialização em Comportamento Organizacional pela Faculdade União e 3G Consultoria e graduado em Administração com ênfase análise de sistemas pelo Centro Universitário Campos de Andrade (2004). Atualmente é coordenador do curso de graduação em Administração e do curso de Pós- Graduação/MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade Sagrada Família – FASF.

Sobre os autores

ALESSANDRA CARLA CEOLIN Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Graduação em Ciência da Computação pela Universidade de Passo Fundo e em Administração pela Universidade Católica de Brasília; Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pós-Doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail para contato: alessandra.acc@gmail.com

ALEXANDRE DE MELO ABICHT Consultor empresarial junto ao SEBRAE-RS. Coordenador do Curso de Administração e de Gestão Comercial da Faculdade CNEC Gravataí e Professor da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre; Doutorando em Design – PG-Design pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduado em Administração de Empresas pela ULBRA-SM. E-mail para contato: alex.abicht@gmail.com

ALEXSANDRO PINTO RODRIGUES Graduação em Engenharia Química pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Email para contato: alexsandro_pinto@yahoo.com.br

AMANDA PRISCILA DA SILVA Graduada em Administração pública pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES UNITA. amanda-priscilla@hotmail.com

AMANDA RAFAELI VANDOSKI Administração - Faculdades Santa Cruz - Curitiba - PR

AMARILDO MAIA ROLIM Graduação em Sistemas de Informação pela Faculdade 7 de Setembro; Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) pela Universidade Federal do Ceara - UFC; E-mail para contato: amarildo.rolim@sti.ufc.br

ANA PAULA LINDNER Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná - Unidade de Pato (2002); - Graduação em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Pato Branco(2007); Pós-Graduação (Lato Sensu) em Gestão de Recursos Humanos (2010); Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Pato Branco

ANDRIELA BACKES RUOFF Graduação em Enfermagem pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa

Catarina; Grupo de pesquisa: Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Políticas e Gestão do Cuidado e da Educação de Enfermagem e Saúde (GEPADES); E-mail para contato: andriback@gmail.com

ARTHUR MICAEL ABRANTES ESTRELA Graduação em Administração pela Faculdade São Francisco da Paraíba; <u>Arthur.micael7@gmail.com</u>

BRUNA CARLA VOLTOLINI Professora substituta do Instituto Federal de Santa Catarina; Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Políticas e Gestão do Cuidado e da Educação de Enfermagem e Saúde (GEPADES); E-mail para contato: brunacvoltlin@gmail.com

BRUNA MOURA BECK Graduação em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – RS; bbec 08@hotmail.com

BRUNO SILVA ALENCAR Pós graduado em Gestão de Projetos, graduado em Engenharia de Produção e Matemática. Atualmente é empresário, auditor de qualidade e professor nos cursos de Administração e Engenharia de Produção na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete (MG). Leciona às disciplinas Planejamento e Controle da Produção, Engenharia da Qualidade, Gestão de projetos e Administração da Produção. Tem experiência profissional de 8 anos em empresas da área de prestação de serviços eletromecânicos em siderurgias e mineração; e possui mais de 5 anos de experiência na área de educação.

CAMILA AVOSANI ZAGO Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Graduação em Administração pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail para contato: camila.avosani@gmail.com

CÁRBIO ALMEIDA WAOUED Professor Efetivo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GOIÁS; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GOIÁS; Graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GOIÁS; Mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em qualidade e produtividade pela UFSC: Membro do Núcleo de Pesquisa em Gestão e Negócios (NUPEN) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GOIÁS; Coordenador da Incubadora de empresas da PUC GOIÁS. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Pontifícia PUC-GOIÁS; Universidade Católica de Goiás-E-mail para contato: carbiowaqued@gmail.com

DENILSON COSTA DE CARVALHO Professor da Faculdade São Francisco da Paraíba; - Graduação em Administração pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em

Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba; denilsonccarvalho@yahoo.com.br

DENISE LÚCIA MATEUS GOMES NEPOMUCENO Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduação em Engenharia de Alimentos pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Gestão e Negócios (NUPEN); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; E-mail para contato: deniselmgn@gmail.com

DIEGO FRAZATTO PEDROSO Mestrando em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Graduado em Segurança da Informação pela Faculdade de Tecnologia de Ourinhos (FATEC) e em Administração pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO), atuou por mais de 5 anos no ramo de consultorias empresarias pela LTC Lopes Treinamento e Consultoria. Atualmente trabalha para RNP em projetos relacionados a tecnologia da informação, com foco em redes de computadores e sistemas distribuídos.

EDVANDRA AUGUSTA MACHADO PEREIRA Possui graduação em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Internacional (2016). Atualmente é assistente em administração da Universidade Federal de Uberlândia.

ERICK BARROS NASCIMENTO Bacharel em Sistemas de Informação – FASETE (Faculdade Sete de Setembro). Especialista em Segurança de Rede de Computadores - FGF (Faculdade Integrada Grande Fortaleza); Mestrando em Ciências da Computação – UFS (Universidade Federal de Sergipe); Técnico da Informação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA Campus Paulo Afonso); Professor da Faculdade Sete de Setembro – FASETE (Faculdade Sete de Setembro). E-mail para contato: erick.nascimento@fasete.edu.br

ERIKA MALINOVSKI PEREIRA Administração - Faculdades Santa Cruz - Curitiba - PR

EZEQUIEL ALVES DE GODOI SODRÉ Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; E-mail para contato: ezequiel.ags@gmail.com

FAGNER PEREIRA Professor Especialista Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2015) . Atualmente é SUPERVISOR ADMISTRATIVO da Universidade Presidente Antônio Carlos.

FERNANDO CÉSAR DE LIMA Graduado em Administração Pública pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES UNITA. fernandolima@asces.edu.br

FRANCISCO ROBERTO PINTO Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração

(PPGA - Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Graduação em Administração e Licenciatura em Música pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Gestão de Empresas pela Universidade de Coimbra (UC). Pós Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Grupo de pesquisa: Bem-estar e mal-estar nas organizações; Bem-Estar na UECE; Laboratório de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade – GEPES; Desenvolvimento de Tecnologia para Implantação de Cidades Inteligentes no Semiárido Nordestino (projeto-piloto). E-mail para contato: roberto.pinto@uece.br

HANNAH MIRANDA MORAS Professora no Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES UNITA. hannahmorais@asces.edu.br

HELIOS MALEBRANCHE Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Graduação em Engenharia Eletrônica e Engenharia de Telecomunicações pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Mestrado em Sistemas e Controles pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Doutorado em Sistemas e Controles pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); E-mail para contato: heliosmalebranche@gmail.com

INGRID ANA DE MELO GABASSI Administração - Faculdades Santa Cruz - Curitiba - PR

IRENE REIS Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Mestrado em Administração pela Universidade Unisinos – Universidade do Vale dos Sinos; Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Gestão e Negócios (NUPEN); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; E-mail para contato: irenereis15@hotmail.com

ISABELA LAÍSE NOGARA Graduação em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – RS; <u>isanogara@hotmail.com</u>

JACQUELINE DE ANDRADE Atualmente é secretária da Diretoria do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração. Graduada em Administração pela UNIPAC.

JOSÉ ALEF DOS SANTOS PESSOA Graduação em Administração pela Faculdade São Francisco da Paraíba; <u>alefpessoacz@gmail.com</u>

JOSÉ RICARTE FEITOSA FILHO Graduação em Administração pela Faculdade São Francisco da Paraíba; Feitosa adm@outlook.com

JOSENEY RODRIGUES DE QUEIROZ DANTAS (IN MEMORIAN) Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT); Núcleo de estudos em Geografia Agrária e Regional (NUGAR); Espacialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Economia da URCA. Coordenadora do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no Território do Alto Oeste Potiguar. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq.

JULIANA CARVALHO DE SOUSA Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Graduação em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Mestrado em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Grupo de pesquisa: Psicodinâmica do Trabalho; Gestão de Pessoas; e Bem-Estar na UECE; E-mail para contato: juli.cs1009@gmail.com

JUSSARA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA Administração - Faculdades Santa Cruz - Curitiba - PR

JUSSARA FERNANDES LEITE Possui mestrado em Administração, graduação em Administração de Empresa, Matemática e Engenharia de Produção. Atualmente, é Professora de Empreendedorismo, Gestão de Custos e Preços, Gestão de Processo e Projeto de Pesquisa e Coordenadora do Curso de Administração e Engenharia de Produção da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete (MG). Tem experiência profissional de 12 anos em empresas da área de reflorestamento e carvão vegetal, e de mineração; e possui mais de 15 anos de experiência na área de educação.

LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2013), Mestre em Geografia (2009), Especialista em Geoprocessamento e Cartografia Digital (2009) e Graduada em Geografia - Licenciatura (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. É Professora Adjunta IV (D.E.) do Departamento de Geografia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, (UERN), Campus de Pau dos Ferros. Tem experiência na área de Geografia e Planejamento Urbano-Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: culturas de ordenamento territorial, turismo, políticas públicas e análise regional, semiárido.

LÍDIA DE PAULA PESSOA Possui pós graduação em gestão de Logística empresarial, graduação em Engenharia de Produção e pós graduanda em engenharia de

Segurança do trabalho. Atualmente, é Professora da rede Estadual de Ensino e Professora de Engenharia do Produto I, Metodologia, Laboratório de Química, Gestão Ambiental, Gerência de Serviços e Organização Industrial e Gestão tecnológica da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Barão de Cocais (MG). Tem experiência profissional de 13 anos em empresas do ramo comercial e logístico; possui mais de 5 anos de experiência na área de educação.

LILIA PATRÍCIA DE SOUZA MELO Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: liliapatism@gmail.com

LOURIVAL DE FREITAS Universidade Federal de Uberlândia

LUCAS GABRIEL BEZERRA LIMA Graduando em Administração pela FASETE (Faculdade Sete de Setembro); - Membro do NPA – Núcleo de Pesquisa em Administração; Projeto de Pesquisa: Mapeamento do Hábito de Consumo em Paulo Afonso - BA; E-mail para contato: lucas_g_12@hotmail.com

LÚCIA APARECIDA DE MORAES ABRANTES Professora Efetiva da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Membro do corpo docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Varejo, Franquia e Ecommerce da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Mestrado em Administração - Área de concentração: organizações e competitividade pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro do Núcleo de Pesquisa em Gestão e Negócios (NUPEN) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; E-mail para contato: luciamabrantes@hotmail.com

LUCIANO JOSÉ VIEIRA FRANCO Mestre em Educação e Sociedade pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2008). Graduado em Engenharia de Operação Mecânica pela Universidade Federal de São João Del-Rei (1978), graduado em engenharia Civil pela Escola de Engenharia Kennedy (1981). Pós graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela FUMEC/FUNDACENTRO (1980), Pós graduado em Engenharia Econômica pela Fundação Don Cabral (1986), Pós graduado em Higiene Ocupacional pela Faculdade de Ciências Medicas BH (2000). Atualmente é coordenador e professor dos cursos de Engenharia de Segurança do Trabalho e Engenharia Mecânica da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete, Coordenador e professor do curso de Engenharia de Produção da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Barão de Cocais.

MARCIO LUIZ FERNANDES Graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO; Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

MARIA DAS CANDEIAS SILVEIRA DE MORAIS Graduação em Administração pela

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Graduação em Letras (língua inglesa) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Especialização em Educação Ambiental pela Universidade Castelo Branco (UCB); Especialização em Letras (língua inglesa) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT); Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional - (NuGAR), (UERN); Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); E-mail para contato: candeiasmorais.ce@gmail.com.

MARIA IVANIA ALMEIDA GOMES PORTO Professora no Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES UNITA. ivaniaporto@asces.edu.br

MAXWEEL VERAS RODRIGUES Professor da Universidade Federal do Ceará - UFC; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas e Gestão da Educação Superior (Poleduc) da Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

MICHELLE FERNANDA FAITA RODRIGUES Graduação em Engenharia Química pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Mestrado em Engenharia Química em Processos Químicos e Informática pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; - Doutorado em Agronomia na área de Produção Vegetal pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; E-mail para contato: michelleffrodrigues@gmail.com

NÁDYA REGINA BILIBIO ANTONELLO Professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Santo Ângelo, RS; Graduação em Administração pela PUC-RS; Mestrado em Engenharia de Produção pela UFSM – RS; <u>nadya@san.uri.br</u>

NATHANA ROBERTA DAL MASO MILAN Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paranaense; Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes; Arquiteta e Urbanista na Universidade Tecnológica Federal do Paraná

NAYRA KARINNE BERNARDES DE MENEZES Professora Efetiva da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Mestrado em Administração - Área de concentração: organizações e competitividade pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Membro do

Núcleo de Pesquisa em Gestão e Negócios (NUPEN) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; E-mail para contato: nayrakarinne@hotmail.com

NICEMARA CARDOSO SILVA Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia(2006), especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de Uberlândia - EaD(2012) e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia(2015). Atualmente é Assistente em Administração da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Administração. Atuando principalmente nos seguintes temas:mulheres negras, interseccionalidade, triple jeopardy

NUBIA JULIANA PORTO Aluna de graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; E-mail para contato: nubiaporto adm@hotmail.com

ORLINDA DE FÁTIMA CÉZAR SILVA Graduação em Gestão de Processos Gerenciais pela UNIFRA – RSRAUL; orlindaf@hotmail.com

OSMAR APARECIDO MACHADO Doutor na área de Sistemas Digitais pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP/SP; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina - UEL/PR; Especialista em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar/SP; e Graduado em Administração pela Universidade de Marília – Unimar/SP. Atua a mais de 20 anos em projetos de gestão e Tecnologia da Informação. É professor universitário desde 1997, lecionando em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de tecnologia da informação, administração/gestão e recursos humanos. Atua como Coach pessoal e profissional, formado pela Sociedade Brasileira de Coaching.

OSNEI FRANCISCO ALVES Doutorando em Administração - UNAM - Universidade Nacional de Misiones; Mestre em Desenvolvimento de Tecnologia - Instituto LACTEC; Administração - Faculdades Santa Cruz; Ciências Contábeis - Centro Universitário Claretiano. E-mail: consultorosnei@gmail.com

PAULO RICARDO COSME BEZERRA Professor Doutor do Curso de Administração da Universidade Potiguar – UNP; Graduação em Estatística na UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduação em Administração e Marketing na UnP – Universidade Potiguar; Doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciência e Engenharia do Petróleo – PPGCEP, da UFRN. E-mail: paulorcbezerra@gmail.com

RAFAELA GOMES DA SILVA Graduação em Administração pela Faculdade Estácio do Ceará (FIC). Mestrado em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Grupo de pesquisa: psicodinâmica do trabalho. E-mail para contato:

rafaela.gomes@uece.br

RAUL ROTONDANO ASTIGARRAGA Graduação em Administração pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); E-mail para contato: raul.astigarraga@hotmail.com

RENATO LUIS CARPENEDO Graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

RHAUL JARDEL DUARTE CAVALCANTE Graduando em Administração pela Faculdade São Francisco da Paraíba; Delcavalcante 13@gmail.com

ROBSON SANCHES Possui 9 anos de experiência como Docente, membro do Colegiado da Estácio de Sá e Conteudista Estácio com Artigos Publicados no Rio de Janeiro, o Professor/Escritor/Pesquisador/Consultor Empresarial Robson Sanches CRA-SP 113.130 (Conselho Regional de Administração) Homologado pelo Conselho Federal de Administração e ANCINE Nº 21.351 (Agência Nacional de Cinema) Ator/Diretor e Produtor de Filmes. Tem Graduação em Administração de Marketing e Recursos Humanos pela Estácio de Sá, cursou MBA em Marketing na FGV - Fundação Getúlio Vargas, foi Sócio/Diretor no ramo de Eletroeletrônicos com 16 anos de experiência profissional em comércio atacadista e varejista.

SELMA REGINA DE ANDRADE Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; Docente do Curso de Especialização em Gestão em Saúde, integrante do Programa Nacional de Administração Pública, da Universidade Aberta do Brasil (UAB); Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Políticas e Gestão do Cuidado e da Educação de Enfermagem e Saúde (GEPADES); E-mail para contato: selma.regina@ufsc.br

SIDNEIA MAIA DE OLIVEIRA REGO Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Especialização em Gestão Pública Municipal pela UFRN; Especialização em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial pela UERN; Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes pela UFPB.

TALITA PICCOLI Graduação em Enfermagem pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Políticas e

Gestão do Cuidado e da Educação de Enfermagem e Saúde (GEPADES); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); E-mail para contato: talitapiccoli@gmail.com

TATIANE REGINA PETRILLO PIRES DE ARAÚJO Graduação em Administração; Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); Pós-Graduação em pela Universidade Católica de Brasília em Gestão de Pessoas; Mestrado em pela Universidade Católica de Brasília em Psicologia; Doutorado pela Universidade Católica de Brasília em Psicologia; Grupo de Pesquisa: Inovação no UniCEUB. E-mail para contato: tatiane.araujo@uniceub.br

TEREZA CRISTINA PINHEIRO DE LIMA Professora Efetiva da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás; Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gestão e Negócios (NUPEN) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOIÁS; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOÍAS.; E-mail para contato: tekinha.adm@gmail.com

THAÍS LOPES DE SOUSA ALVES: Mestranda em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialista em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), Bacharela em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

THIAGO MARQUES Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2005). Atualmente é Assistente em Administração na Universidade Federal de Uberlândia. Graduando em Direito na Universidade Federal de Uberlândia.